



Contribuição da Corrente Proletária na Educação/POR à Convenção da Oposição

A Corrente Proletária insistiu para que houvesse uma chapa oposicionista para concorrer às eleições do SINPEEM e da APEOESP. Mas, entre os estaduais, boa parte das correntes que compuseram a Oposição Unificada em eleições passadas se colocou por compor a chapa do PT/PCdoB. Fato que não foi surpresa, haja vista que nos últimos anos essa parcela da oposição esteve com as posições do setor majoritário da diretoria, comandado pela deputada petista Maria Izabel. Entre os municipais, o problema é outro: a Unidade da Oposição, que é a frente mais consolidada, formada majoritariamente por correntes psolistas, não pretende abandonar o campo oposicionista, mas pretende dar um conteúdo governista à chapa – em relação ao governo federal.

A contribuição da Corrente Proletária para constituir uma chapa oposicionista à chapa de colaboração de classes situacionista, objetiva colocar os pontos fundamentais que possam permitir a discussão frentista.

O momento de acirramento da crise do capitalismo torna mais urgente a constituição de uma direção sindical classista e de luta, para enfrentar as duras medidas governamentais e combater a política colaboracionista das direções sindicais, em particular, a do SINPEEM. A justificativa de que é preciso defender a democracia contra as ameaças golpistas não se sustenta se somando aos partidos que foram incapazes de resistir ao golpe de Estado de 2016, e que hoje se mostram impotentes em organizar a luta dos explorados contra as ameaças ultradireitistas que rondam as esferas governamentais.

A chapa oposicionista se choca com a posição daqueles que apoiam o governo Lula, governo constituído com os partidos que protagonizaram o golpe que derrubou Dilma Rousseff. A defesa das liberdades democráticas contra as ameaças golpistas se fará tendo como auxiliar os sindicatos classistas, e não os submetendo à política de conciliação de classes para sustentar a governabilidade de Lula.

Nesse sentido, chamamos os professores a se colocarem por constituir uma posição classista e de luta, para a eleição da Diretoria do SINPEEM.

Eis os principais pontos do programa classista e de luta:

I. Defesa da Independência de classe diante dos governos e dos partidos da burguesia

Estamos diante de três governos que expressam políticas distintas. O governo Lula, considerado “reformista-popular”; o de Tarcísio, expressão da ultradireita bolsonarista; e o de Nunes, um governo burguês, liga-

do diretamente ao privatismo e à política fisiológica do MDB.

A grande maioria das direções sindicais fará de tudo para garantir a governabilidade de Lula. Significa que submeterá os sindicatos à política de colaboração com o governo. Com o falso argumento de que se trata de um “governo em disputa”, essas direções nada farão para que Lula revogue as contrarreformas de Temer e Bolsonaro – trabalhista, previdenciária, terceirização e ensino médio, principalmente.

Uma direção sindical classista tem a obrigação de se colocar pela derrubada das reformas antitruabalhadoras, com os métodos próprios dos explorados, com as greves e ações unitárias nas ruas. Essa política, certamente, se choca com a de colaboração, que procura a via dos acordos entre governo, direções sindicais e capitalistas. O que resulta em derrota para os trabalhadores.

Os governos de Tarcísio e Nunes, não resta dúvida, terão de ser enfrentados com muita organização e luta. O que depende de direções sindicais dispostas a enfrentá-los com os métodos dos explorados. A direção burocrática do SINPEEM já demonstrou sua adaptação ao governo Nunes, apesar dos discursos oposicionistas. O prefeito vem impondo sua política privatista, não só para a educação, sem que haja nenhum movimento organizado de resistência.

Nesse sentido, é fundamental a constituição de uma chapa oposicionista, classista e de luta, para colocar o SINPEEM no caminho da resistência à política dos governos, seja de Lula, seja do bolsonarista Tarcísio ou do privatista Nunes.

II. Defesa da democracia sindical

Há muito, as direções sindicais vêm anulando um dos fundamentos básicos do sindicalismo, que é a democracia sindical. Chegou-se ao ponto do maior Sindicato Metalúrgico do ABC, que está há muito sob o controle do PT, abolir as eleições diretas para a escolha da direção do sindicato. Na SINPEEM, a direção tem acentuado a burocratização do sindicato, fechando as instâncias de decisão, como a reunião de REs, que tem sido feita pelo meio virtual, de maneira a aumentar o controle e a falta de transparência na condução das reuniões. A campanha salarial do ano passado se fez sem uma assembleia presencial sequer. Enfim, a lista de exemplos do burocratismo da atual direção é extensa.

Uma oposição classista se apoia na democracia proletária. No direito da base se manifestar e se posicionar em todas as instâncias do sindicato. E no cumprimento das decisões aprovadas democraticamente nas assembleias, congressos etc. No direito democrático de constituir cha-

pas para concorrer à direção sindical, o que significa retirar todos os entulhos antidemocráticos que impedem esse legítimo direito.

III. Defesa das reivindicações que unificam os professores com os demais trabalhadores

Nesse momento, há reivindicações que são vitais para o conjunto dos trabalhadores, entre elas, a revogação das contrarreformas. Lula sinalizou que não revogará essas reformas. Poderá fazer um ou outro ajuste, mas manterá sua essência. E sua essência é a de favorecimento aos capitalistas e de maior sacrifício aos trabalhadores e à juventude oprimida.

A chapa oposicionista, nesse sentido, se coloca:

- 1) Pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária, terceirização e ensino médio/BNCC;**
- 2) Pelo salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base, necessário para sustentar a família trabalhadora;**
- 3) Emprego a todos, por meio da redução da jornada sem redução dos salários – escala móvel das horas de trabalho.**

Essas reivindicações permitem a unidade dos trabalhadores em defesa de sua condição de vida. Trata-se da unidade que se forja a partir de um programa próprio de reivindicações, das assembleias de base, dos comitês de luta e da constituição de poderosos levantes dos explorados nas ruas.

IV. Defesa de reivindicações particulares dos professores e funcionários

As reivindicações particulares de um setor, como essas que apontamos abaixo, só serão conquistadas por meio da coesão do professorado e dos funcionários, o que implica a unidade entre efetivos e contratados, da Educação Infantil à EJA. A divisão é uma arma que vem sendo imposta pelos governantes. A unidade, por sua vez, é uma poderosa arma que favorece ao conjunto dos educadores.

- 1) Reposição das perdas salariais, para repor o poder de compra dos salários, que sofreu enorme dilapidação nos governos anteriores;**
- 2) Fim da farsa da Escola de Tempo Integral, e não ao fechamento de salas da EJA, que excluem o aluno-trabalhador;**
- 3) Revogação do “Novo Ensino Médio”, da BNCC e do ensino a distância (EaD);**
- 4) Revogação de todas as contrarreformas aprovadas, a exemplo do Sampaprev (1 e 2). Abaixo a reforma administrativa;**
- 5) Extinção imediata da terceirização nas escolas. Contratação dos terceirizados pelo governo e aplicação da regra de “trabalho igual, salário igual”.**

V. Defesa de uma educação científica, voltada à produção social

A educação vem sendo sucateada. A violência, em suas múltiplas formas, se manifesta também no interior das escolas, como consequência da barbárie social. As re-

formas educacionais que partem dos governantes visam tão somente ao corte de recursos e ao avanço da privatização. Impulsionam, portanto, a superexploração do trabalho, a eliminação de antigas conquistas, a discriminação cada vez mais acentuada entre o ensino público e o particular, a imposição do obscurantismo religioso em contraposição à ciência e o fim da liberdade de cátedra.

A chapa de Oposição combate tais reformas e se posiciona por uma educação científica, democrática e vinculada à produção social. Eis:

- 1) Por um sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha;**
- 2) Pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino;**
- 3) Extinção do ensino a distância. A aprendizagem é um ato coletivo, portanto, depende o ensino presencial;**
- 4) Dar uma resposta classista ao problema da violência nas escolas, mobilizando os trabalhadores e a juventude em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, contra todas as formas de precarização e sucateamento do ensino. Não ao recrudescimento das medidas repressivas, que só fortalecem o controle e a militarização das escolas;**
- 5) Abertura de todas as salas e turnos fechados. Redução do número de alunos/crianças por sala;**
- 6) Financiamento integral da educação pelo Estado, sob o controle de quem estuda e trabalha.**

VI. Combate ao capitalismo, fonte de toda sorte de discriminação e opressão, e edificação de uma sociedade socialista

Vivemos uma profunda crise econômica mundial, agravada pela guerra na Ucrânia, pela guerra comercial entre a China e Estados Unidos e pelo avanço da escalada militar. As consequências têm sido dramáticas para a maioria oprimida de todo o mundo, com o avanço da fome, miséria, desemprego e doenças. E com o acirramento das discriminações sociais e raciais. O fundamental está em que os trabalhadores vêm ganhando as ruas contra a política de seus governos, a exemplo das poderosas greves na França. No Brasil, no entanto, as direções sindicais continuam passivas e submetidas à política de colaboração com os governantes.

A chapa de Oposição se coloca pelo fim do capitalismo, que só pode se dar por meio da revolução social. Não virá, portanto, dos processos eleitorais, por esse caminho só é possível substituir um governo burguês por outro governo também burguês, que preservará a propriedade privada dos meios de produção. Eis aí por que a chapa oposicionista se coloca por edificar uma sociedade socialista.

A chapa oposicionista, nesse momento, faz a campanha pelo Fim da guerra na Ucrânia, pela unificação da classe operária contra o domínio imperialista e pela autodeterminação das nações oprimidas. Pela exigência que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios, em defesa de um programa próprio de reivindicações dos explorados. Pelo combate a toda forma de violência reacionária e discriminação sobre as mulheres, negros, indígenas e homossexuais. E pela luta unitária dos explorados para erguer uma sociedade socialista.